

# A PEREGRINAÇÃO PEDE PASSAGEM

Lênia Márcia de Medeiros Mongelli

O azar da *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, para além da ensombrecida notoriedade de *Os Lusíadas*, foi o fato de ter sido lida, pelos seus primeiros críticos, como obra-documento, acerca, principalmente, da expansão lusa na Ásia. Confrontadas as informações do texto com a realidade histórica e verificada a incompatibilidade entre ambos na maioria dos capítulos, levantou-se a dúvida e, depois, o descrédito, que se traduziu no ditado parodicamente perverso: “Fernão: Mentas? Minto!” — até hoje em circulação em solo português. Se acrescentarmos às preocupações historicistas dos detratores o fato de a obra só ter sido publicada em 1614, 31 anos depois da morte do autor e de, ainda, dever sua redação definitiva ao cronista oficial Francisco de Andrade — que não se sabe até que ponto interferiu na narrativa — teremos algumas razões bem palpáveis para que, durante tanto tempo, fosse injustiçada esta que E. Prado Coelho chamou de “a outra face” do processo de “sublimação” dos Descobrimentos<sup>1</sup>.

Curiosamente, é à lucidez crítica do nosso Machado de Assis que devemos uma das mais agudas percepções de certo ângulo nevrálgico da *Peregrinação*: sempre atento a situações-limite em que se digladiam o bem e o mal, a verdade e a mentira, o certo e o errado, Machado subintitula seu conto “O segredo do Bonzo” (incluído em *Papéis Avulsos*) de “Capítulo inédito de Fernão Mendes Pinto”, tendo de fato tomado para modelo o capítulo CCXI da *Peregrinação*: neste, que relata um episódio ocorrido em Fucheo, capital do reino de Bungo, no Japão, disputam um padre católico (Francisco Xavier) e um bonzo oriental sobre questões de natureza religiosa, com vistas a provar a superioridade de uma crença sobre outra. E o que deve ter suscitado a atenção machadiana é a estranheza da querela, pois o oriental indaga do português se ainda possui alguma coisa de uma fazenda de seda que lhe vendera há mil e quinhentos

anos. Repreendido pelo absurdo de sua referência a prazo tão dilatado de tempo, argumenta o bonzo: "(...) verá quanto mais sabemos das cousas passadas que tu das presentes. Hás de saber, pois o não sabes, que o mundo nunca teve princípio, nem os homens que nelle nacerão poderão ter fim, mais que somente acabarem estes corpos em que andamos, no derradeyro bocejo, para nelles a natureza nos passar de nouo a outros milhores, como se ve claro quando tornamos a nacer de nossas mays ora em machos, ora em femeas, segundo a conjunção da lua em que nos parem & depois que somos ca nados no mundo, fazemos por varios successos estas mudanças, a que a morte nos te sojeitos por parte da natureza fraca de que somos compostos, & quem te boa memoria, sempre lhe fica lembrádo o que fez & passou nos outros espaços da vida primeyra"<sup>2</sup>. Diante desta espécie de teoria da reencarnação à moda de Quinhentos, com sua lógica sutil, o narrador prefere desconversar e dizer que as ponderações do bonzo foram por três vezes rebatidas com sucesso pelo padre, "as quais aquy não ponho por escusar proluxidade, mas principalmente porque não cabem no estreito vaso do meu engenho".

Digamos que Machado apreendeu o "espírito" dessa contenda e traduziu-o de forma saborosamente irônica, com o intuito perceptível de vergastar o pretensioso cientificismo de seus contemporâneos. Também no distante reino de Bungo japonês, um afamado sábio bonzo ensina a quem o vai consultar: "se uma cousa pode existir na opinião, sem existir na realidade, e existir na opinião, a conclusão é que das duas existências paralelas, a única necessária é a da opinião, não a da realidade, que é apenas conveniente". Disposto a testar o raciocínio, o "turista" Diogo Meireles decide empregá-lo em uma comunidade que sofre de certa inflamação incurável no nariz e que se recusa ao único tratamento viável — a decepação do órgão — por medo de ficar mutilado. E é aí que entra Diogo: defendendo uma divertidíssima distinção entre "nariz verdadeiro" e "nariz metafísico" — aquele, o real; este, a "idéia" ou a "sensação" dele — consegue convencer todos os enfermos a cortarem o próprio nariz em busca de cura, provando que a verdade da Ciência repousa sobre a "eficácia da opinião" (ou sobre o "descarado heroísmo de afirmar", como diria o Eça de *A Relíquia*). O resultado é tão brilhante, que os ex-doentes chegam a ter vontade de coçar o nariz que perderam!

Está aí, de forma certa, a pista para ler corretamente a *Peregrinação*: não como *documento*, mas como *testemunho* de um participante ocular dos acontecimentos que narra, que a isto se resolveu muitos anos depois de encerradas suas andanças e que usa, portanto, da memória e da imaginação como instrumentos legítimos para recomposição dos fatos, o que, na opinião de Antônio José Saraiva, faz da obra antes uma "síntese artística" do que um "tratado de viagens"<sup>3</sup>.

Deste ponto de vista, o capítulo I e o último, o CCXXVI, de feição declaradamente autobiográfica, são preciosos não só para reconstituir retalhos do que possa ter sido a vida de Fernão Mendes Pinto, como ainda para apreender o *modo* e a *intenção* com que o texto foi escrito — dados sem os quais

correríamos o risco de lhe pedir o que ele *não* pretende oferecer, erro em que incorreu a crítica por tanto tempo.

A começar da importante questão das datas: a de seu nascimento fica supostamente entre 1510 e 1514; a da morte é com certeza 1583, o que serve também para situar antes deste marco a elaboração da obra, cujo conteúdo abarca, então, o período do segundo para o terceiro quartel do século XVI — apogeu do expansionismo lusitano no Oriente. Nesses prováveis 73 anos de existência, embarca para a Índia em 11/3/1537, perambulando ainda pela Tailândia, Malásia, Japão e China, e retorna em 22/9/1558. Somadas as referências, temos que Mendes Pinto passou 21 anos em “*peregrinação*” e outros 25 em Lisboa, decidindo, já velho, a recontar suas “aventuras” com dois propósitos explícitos: 1) “(...) para *q̃* eu pudesse fazer esta rude & tosca escritura que por erança deixo a meus filhos (por*q̃* só para elles he minha tenção escrevella)”; 2) para que “tomem os hoñes motiuo de se não desanimarem cos trabalhos da vida para deixarem de fazer o *q̃* devem, porque não ha nenhũs, por grandes que sejam, com *q̃* não possa a natureza humana, ajudada do fauor diuino.” Nos dois casos o intuito é único: recontar “histórias de proveito e exemplo”, herança da prosa doutrinária do período anterior e/ou lição de contemporâneos como o historiador João de Barros, que com a fantástica novela de cavalaria *A Crônica do Imperador Clarimundo* (1520) se propunha à educação de D. João III.

Note-se, para melhor convivência com a “atmosfera” da *Peregrinação*, que estão em causa, naqueles dois objetivos expostos pelo autor, sentimentos bem distintos: de um lado, a humildade da “tosca aventura”, de quem compõe despreziosamente e como que para resgatar alguma misteriosa culpa, referente a “hum caso *q̃* me pos a vida em tanto risco” na adolescência, que a salvação soa a prêmio, pelo qual se terá eternamente de agradecer; de outro, a altivez do espírito heróico, tão característico do Quinhentismo português<sup>4</sup>, que se alimenta do famigerado consórcio entre “a natureza humana” e “o favor divino” — bandeira de qualquer navegante luso por no mínimo dois séculos. A oscilação entre força e fraqueza, coragem e covardia, fé e descrença — extremo a que chegou a duplicidade do narrador — é dos traços distintivos da *Peregrinação*, condensado já no capítulo I.

E para além de outras informações preciosas como a infância pobre, a subsistência em casa de “hua senhora de geração assaz nobre, o embarque numa “caravella d’Alfama” para fugir a certo perigo iminente, a busca de “sustentação” na Índia, etc. — para além disso, assinala-se que se toma “por princípio desta minha peregrinação o *q̃* passei neste Reyno” e como momento decisivo dela o embarque para Oriente, “já oferecido a toda ventura ou má ou boa, que me socedesse”. Ora, tem-se aqui o sentido de “peregrinar” como “andar sem rumo” (e não como meta preestabelecida, conforme faziam os devotos religiosos)<sup>5</sup> em busca de garantir a sobrevivência — projeto em que se reconhece o modelo do herói picaresco<sup>6</sup>, usual em séculos de deambulação marítima. É por essa via que se pode explicar, inclusive, a estrutura da obra,

feita de capítulos quase que de valor autônomo, onde cada novo fato é pretexto para longas digressões de teor narrativo-descritivo, embora jamais se perca o “fio da meada” até o epílogo.

Se se admitir o parentesco inegável entre a *Peregrinação* e as novelas de cavalaria, principalmente aquelas que nacionalizaram o gênero em Portugal no século XVI (*O memorial das proezas da segunda Távola Redonda, A Crônica do Imperador Clarimundo, Palmeirim de Inglaterra*), todas as extrapolações de limites operadas pelo fantástico, inclusive quando pareceram inadmissíveis a sisudos historiadores, terão sua razão de ser. Ou melhor, estarão em ambiente próprio, para quem se habituou ao fato de Clarimundo vencer o primeiro gigante de duas cabeças aos 12 anos ou à estranha paixão da gigante Arlanço pelo volúvel Floriano do Deserto (*Palmeirim*). Também Mendes Pinto idealizou numerosas mulheres desamparadas (por exemplo, no capítulo XXIX), figuras fabulosas como o rei de Sião (capítulo XXXVI) ou como o rei dos Tártaros, que muitos consideram das mais completas personagens do livro (capítulo CXXII), crianças-prodígio como o menino chinês, crítico implacável dos desmandos portugueses (capítulo LIII) e até os ermitães, que tentam reconduzir os pecadores ao bom caminho mediante a condenação de seus vícios — como ocorreu, por exemplo, na ilha de Calempuy, em que os marinheiros profanaram os túmulos dos mortos (capítulos LXXV a LXXVIII). Não falta sequer um pirata como Coja Acem, incansavelmente perseguido, por dezenas de capítulos, pelo heróico capitão D. Antônio de Faria, a pretexto da velha guerra entre mouros e cristãos, em que entram projetos de vingança, sonhos de grandeza, terras exóticas, pilhagem, etc. (capítulos XXXVI a LXXVIII). Para que tudo isso tenha sido montado com tanta verossimilhança interna, não percamos de vista que os primeiros destinatários do livro eram os próprios filhos de Fernão Mendes Pinto.

Sempre do prisma do universo cavaleiresco, a atenção dada pelo narrador ao reino da China, supervalorizada preferentemente à Tailândia, Malásia e Japão, insere a *Peregrinação* no apogeu das conquistas portuguesas na Ásia, quando corriam soltas lendas como a do Preste João ou quando cada marinheiro supunha de seu dever divulgar a fé e os costumes cristãos, pouco importando os meios utilizados. Por isso, talvez, além de outras razões aduzidas no capítulo I, as questões religiosas tenham absorvido tanto o interesse de Mendes Pinto: apesar de Antônio Sérgio denunciar a imprensa asiática como “realizada de maneira estúpida, com cupidez desaustinada, à louca, e por isso ruínoza para Portugal”<sup>7</sup>, o narrador descreve-a como a mais aventureira das peregrinações em que os portugueses muitas vezes se curvaram à sabedoria dos chineses e às suas crenças milenares. Mesmo que a andança tenha culminado no encontro com Francisco Xavier (capítulos CCVII a CCXVIII), o que, segundo os biógrafos, foi responsável por seus quatro anos de noviço na Companhia de Jesus, Fernão Mendes Pinto, cristão fervoroso, reproduz com respeitosa minúcia os principais ritos religiosos dos povos da China, muito mais que sua condição sócio-econômica.

Não terá sido por acaso, portanto, o título “peregrinação”, a aproximar a obra de novelas como *A Demanda do Santo Graal*: a lição aprendida com os chineses é de contrição, de humildade, de respeito à devoção alheia, de autopurificação, etc., valores equivalentes aos que puseram na rota do Santo Vaso os vassallos de Artur, em busca de salvação. Para tanto, qualquer empecilho parece pequeno e as “provas” são sempre bem-vindas, porque etapas de um mesmo sacrifício que deve conduzir a Deus. Di-lo textualmente o narrador, ainda no capítulo I: “... & por outra me ajudem a dar graças ao Senhor omnipotente por vsar comigo da sua infinita misericordia, a pesar de todos meus pecados, porq̃ eu entendo & cõfesso que delles me nacerão todos os males q̃ por mim passarão & della as forças, & o animo para os poder passar & escapar delles com vida.” Redigida na velhice e de memória, a *Peregrinação* assim comprometido jamais poderia ter escrito com isenção um “diário de bordo”, conforme certo tipo de expectativa.

Mas essa nota pessoal, singularizante — um dos encantos do texto! — não chega a descaracterizá-lo relativamente ao teor epicizante que de alguma forma homogeneiza a produção literária quinhentista. Em que pese ao tom tantas vezes introspectivo, aos recuos diante dos desmandos da marujada, ao medo às situações de iminente perigo — segundo o capítulo I, Fernão foi 13 vezes cativo e 16 vezes vendido como escravo — às críticas a uma política de dominação frequentemente absurda, a *Peregrinação* ergue-se como um dos mais poderosos painéis da aventura lusa no Oriente. Adotando um estilo narrativo rápido, fluente, atento às falas de cada personagem e dosando muito bem os entrecchos descritivos, o narrador vai tecendo rapidamente seu roteiro, em que o leitor tem acentuadas com bastante nitidez as diferenças de uma região a outra, no tocante ao vestuário, hábitos alimentares, sistema de comércio, educação, etc. Fazendo de Malaca uma espécie de epicentro das explorações circunvizinhas, Mendes Pinto torna familiares as regiões mais indevasadas da Península Indochinesa, onde os portugueses concretizaram seus sonhos heróicos — feito nunca suficientemente louvado pelo marinheiro ancião.

É inevitável a associação com *Os Lusíadas*, quando menos pela alternância, conquanto em partes desiguais, entre enaltecer as grandezas e detratar as misérias dos exploradores. Se Tétis preparou para o Gama o “galardon” da Ilha dos Amores, numa reverência das entidades celestes à bravura dos lusitanos, o Velho do Restelo, por outro lado, não hesitou em repreender a sua “vã cobiça de mandar” — para citar apenas o exemplo mais gritante de uma visão que se manteve justa, equilibrada no reconhecer qualidades e defeitos, apesar das circunstâncias. Ora, de igual maneira procedeu Fernão Mendes Pinto: tenha-se um exemplo com o capítulo LXX, em que Antônio de Faria é recebido como herói na povoação de Liampoo, onde o narrador põe “em muyta dúvida que em muyto poucas partes se pudesse dar banquete q̃ em nenhũa cousa fizesse vantagam a este”; no extremo oposto dessa reverência,

responde o ermitão, numa disputa com Nuno Coelho: “muyto mais pouco he o temor que tu tês da morte, pois gastas a vida em feitos tão çujos, quão çuja eu creyo que estará tua alma das portas desse monturo da tua carne para dentro. E se queres mais prata, como mostras na sede da tua cobiça, para com ella acabares de encher o fardel do teu infernal apetite, nessoutras casas que por ahy estão acharás com que bem te enchas atè arrebẽtares, & quiça que não errarás, porq̃ já que por essa que tes tomado as de yr ao inferno, vay também por essoutra, por quanto mais peso leuares sobre tua cabeça, tanto mais depressa irás ao fundo, como parece pelo que tuas mãs obras de ty testemunhaõ” (capítulo LXXVII). Só para acentuar o quanto as consciências mais arejadas estavam alertas para comportamentos brutais que podiam levar à decadência, recordem-se os epifonemas que João de Barros acrescentou a cada capítulo de seu apologético *Clarimundo*, pequenos espaços destinados a conselhos realistas, severas alfinetadas enviados diretamente aos ouvidos do jovem D. João III.

Se o intuito de Fernão Mendes Pinto era recompor suas memórias como mecanismo para reencontrar-se no passado e deixar para os filhos retrato mais ou menos coeso de uma vida picaresca, a *Peregrinação* ultrapassa de muito essas fronteiras: na fantasiosa expedição que vasculhou os mares orientais, à cata de um Graal sempre fugidio, todos reconhecemos o quanto cada um de nós tem de peregrino — pela fé e pela desesperança.

### Referências Bibliográficas

- (1) Testemunhos equivalentes a esse na intenção de resgatar o verdadeiro sentido da obra de Fernão Mendes Pinto, dados por autores como Eduardo Lourenço, Armando Castro, Almeida Faria e outros, fazem parte da edição de *Peregrinação* na versão para o português atual de Maria Alberta Menéres, Lisboa, Edições Afrodite, 1971.
- (2) Fernão Mendes Pinto. *Peregrinação*, transcrição de Adolfo Casais Monteiro, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p. 663.
- (3) Fernão Mendes Pinto. *Peregrinação*, prefácio de Antônio José Saraiva, Lisboa, Publicações Europa-América, 1958, p. 14 (volume 37 da “Coleção Saber”).
- (4) E tão bem estudado por Fidelino de Figueiredo em *A épica portuguesa no século XVI*, São Paulo, Boletim nº 101 da FFCL/USP, 1950.
- (5) Se o leitor estiver interessado em perseguir a etimologia do vocábulo “peregrinação”, tratei dele em minha tese de livre-docência (inédita), “*A Demanda do Santo Graal: aventura e peregrinação*”, capítulo I, p. 55 a 95.
- (6) Além do Prefácio citado de A. J. Saraiva, consulte-se também o de Manuel Rodrigues Lapa a *Peregrinação*, 5ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1977.
- (7) “Em torno da *História trágico-marítima*”. *Ensaços*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974, tomo VIII, p. 80.
- (8) Esta é a opinião também de Eduardo Lourenço, conforme a manifesta no texto referido na nota 1.